

INCLUSÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Katiany Keyt Nogueira Neves

Discente do curso de Pós-graduação em Métodos e Técnicas em Letras – Português - Faculdade Escola Sobral de Oliveira – FAESDO.

<https://orcid.org/0009-0008-5928-4442X>

Danilo Sobral de Oliveira

Faculdade Escola Sobral de Oliveira - FAESDO. Escritório de Advocacia Sobral de Oliveira.

<http://lattes.cnpq.br/1635891041004372>

<https://orcid.org/0009-0008-5928-442X>

E-mail: danilo.sobralct@hotmail.com

Rosângela Couras Del Vecchio

Faculdade Escola Sobral de Oliveira – FAESDO.

<http://lattes.cnpq.br/6083380778502377>

<https://orcid.org/0009-0006-9584-6069>

E-mail: dra.rosangela.delvecchio@gmail.com

Iany Bessa Silva Menezes

Faculdade Escola Sobral de Oliveira – FAESDO.

<http://lattes.cnpq.br/6382067272659995>

<https://orcid.org/0000-0003-2502-6584>

Claudia Maria Pinto Costa

Faculdade Escola Sobral de Oliveira – FAESDO.

<http://lattes.cnpq.br/5366031094187795>

<https://orcid.org/0009-0006-2217-7335>

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2024.V2N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2024.V2N4-02>

RESUMO: O presente trabalho busca dissertar sobre o processo de inclusão, suas dificuldades e possibilidades de efetivação no ambiente escolar. Para tanto se fez necessário o uso de revisão bibliográfica de autores como Carvalho (2004), Montoan (2006), Dechichi (2012), Seabra(2013) entre outros, que fundamentaram o presente artigo, onde buscamos reforçar a opinião da necessidade de desfazer a dissonância entre a ideal e o real, e que para isso é preciso uma análise quanto a atuação da família e da comunidade escolar no que tange a inclusão de alunos no ensino regular.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Escola. Família

SCHOOL INCLUSION: CONCEPTIONS ABOUT FAMILY AND SCHOOL INTEGRATION FROM THE PERSPECTIVE OF THE EDUCATIONAL DEVELOPMENT OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS

ABSTRACT: This study aims to elaborate on the inclusion process, its difficulties and effective opportunities at school. Therefore made -where appropriate use of literature

review of authors such as Carvalho (2004), Montoan (2006), Dechichi (2012), Seabra (2013) among others, which motivated this article, we seek to enhance the view of the need to undo the dissonance between the ideal and the real, and that for this analysis as a family activity and the school community regarding the inclusion of students in regular education is needed.

KEYWORDS: Inclusion. School. Family

INTRODUÇÃO

É comum as pessoas sonharem em ter filhos. Há quem diga que o desejo de ter filhos é instintivo, outros dizem que o que se pretende em ter filhos é buscar um desejo narcisista da perpetuação, de garantir a continuidade da própria vida. Existem ainda as motivações culturais, o desejo de casar, construir uma família.

São inúmeras as razões que levam ao nascimento de uma criança, às vezes, pelo menos aparentemente eles surgem sem motivações, os bebês simplesmente surgem, aparecem, chegam sem planejamento, sem vontade. Contudo, uma coisa é extremamente comum: todas as pessoas desejam ter filhos belos, saudáveis e inteligentes.

Porém, nem sempre este desejo se realiza, algumas crianças nascem ou adquirem problemas que as impossibilitam de levarem uma vida dita normal.

Diante dessa evidência, surgiu o desejo de conhecer e dissertar sobre processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais em escola regular bem como as possíveis contribuições do acompanhamento familiar e educacional no desenvolvimento destes, tendo como base a Constituição Brasileira (1988, p. 141), no Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, Artigo 205 onde se afirma que: A educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. Em seu Artigo 208 (1988, p. 142), prevê : [...] “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Porém segundo Montoan (2005, p. 27),

Deve-se entender a Educação Inclusiva na sua totalidade, para não torná-la excludente. A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa de seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social – alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos.

Deste modo um dos maiores desafios das escolas inclusivas referem-se a preparação, interação e conscientização da equipe pedagógica, bem como a formação de professores, mas esta formação deve ser uma qualificação significativa e rica de conhecimentos úteis ao dia a dia destes junto a seus alunos especial e ainda a participação dos pais na vida escolar dos filhos.

Acreditamos que para se atingir os objetivos da inclusão do aluno com necessidades educativas especiais na escola regular, é preciso mais do que conhecimento teórico, é preciso suporte aos professores. É preciso recurso humano, material assistivo, auxiliar de sala especializado, proposta curricular adequada, entre outros.

PROPOSTA DE INCLUSÃO E O DESAFIO DE TRANSFORMAÇÃO DO IDEAL EM REAL

Os caminhos até então percorridos para que a escola brasileira acolha a todos os alunos, indistintamente, têm se chocado com o caráter eminentemente excludente, segregado e conservador do ensino, em todos os seus níveis.

A proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem encontrado outras barreiras, entre as quais se destaca a cultura assistencialista/terapêutica da Educação Especial. “A educação inclusiva e a escola inclusiva, enquanto ideias, têm angariado as simpatias dos pais, dos educadores e das sociedades em geral. Afinal, o movimento de não excluir está implícito nos ideais democráticos, aceitos e proclamados, universalmente” (Carvalho, 2004, p. 26).

É inegável que, por estarem ajustadas para atender a um aluno idealizado e ensinando a partir de um projeto escolar elitista, meritocrático e homogeneizador, as

escolas produzem quadros de exclusão que têm, injustamente, prejudicado a trajetória educacional de muitos estudantes.

A situação tem se arrastado pelo tempo e perpetuado desmandos e transgressões ao direito à educação e à não-discriminação e muitas vezes, por falta de um acompanhamento efetivo dos pais, das autoridades de ensino e da justiça em geral sobre os procedimentos das escolas no trato com estes alunos.

O sentido dúbio da Educação Especial, acentuado pela imprecisão dos textos legais que fundamentam os planos e propostas educacionais, tem acrescentado a essa situação outros sérios problemas de exclusão, sustentados por um entendimento equivocado dessa modalidade de ensino.

Ainda é difícil distinguir a Educação Especial, tradicionalmente conhecida e praticada, de sua nova concepção.

De acordo com Araújo e Novais (2012, p. 94)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) dever ser parte constituinte de uma rede de apoio à inclusão escolar, cujos membros necessitam manter-se em diálogo permanente. Nessa perspectiva, o diálogo entre professores (as) da sala de aula e os (as) outros (as) profissionais que atuam no AEE é fundamental para a seleção, a construção e o uso de recursos de acessibilidade [...].

Neste contexto vale ressaltar que no AEE, considera-se a oferta de um ensino que ajude o aluno com necessidades especiais (NE) a melhor desenvolver sua aprendizagem, contando para isso com tecnologias assistiva, acessibilidade e organização pedagógica que vá de encontro as suas dificuldades.

Os caminhos educacionais voltados a inclusão estão se abrindo, apesar da resistência de muitos profissionais e até mesmo da família na crença da possibilidade de um desenvolvimento significativo das pessoas com NE.

É um dever de o Estado oferecer escola comum a todos os alunos, independente de sua condição, pois sua estadia apenas nas escolas de ensino especial os inferioriza, discrimina, limita e exclui.

Este tipo de ensino é bem-vindo, quando na garantia de um atendimento educacional especializado paralelo, complementar. A escola comum não pode ser substituída pelo ensino especial, pois este deve ser complementar à formação do aluno com NE e trata primordialmente das limitações que a deficiência lhes acarreta quando estudam em turmas do ensino regular.

A escola comum tem resistido às mudanças exigidas, alegando despreparo e desamparo para o processo de inclusão. Uma das mais sérias e influentes razões para que essa situação se mantenha é a neutralização dos desafios que a inclusão impõe ao ensino comum e que mobilizam o professor a rever e a recriar suas práticas e a entender as novas possibilidades educativas trazidas pela escola para todos.

Para Seabra (2013, p. 133):

O trabalho do professor é também diretamente influenciado por aqueles profissionais que administram a escola. O gestor escolar desempenha uma função que poderá direcionar positivamente ou negativamente, com ou sem visibilidade, todos os que participam da escola, com ênfase na educação de crianças, por meio de ações docentes. A sistemática de cada escola é influenciada por decisões tomadas pelos gestores. Uma gestão capaz abre caminhos para que a escola tenha mais facilidade em superar os obstáculos que lhes são apresentados.

O professor é figura indispensável no direcionamento educacional de seus alunos, uma vez que ele é quem mais convive com as necessidades de aprendizagem destes e a partir de suas observações realiza seus planejamentos, busca atividades, organiza os conteúdos e formas de avaliação. Enfim é quem busca por meio de suas ações alcançar melhores desempenhos na aprendizagem de seus alunos (SEABRA, 2013).

Segundo Mate (2001, p. 73), “O professor deveria ser reformulado: assim as reformas pedagógicas prescreviam, por meio de seus ideários, novos métodos e programas de ensino que trariam subjacentes modos de pensar a disciplina, o conteúdo, a educação, os alunos[...]”. Desse modo por meio de um repensar reflexivo, poderia vir a atuar mais ativamente junto as dificuldades de seus alunos.

Inúmeras propostas educacionais, que defendem e recomendam a inclusão, continuam a diferenciar alunos pela deficiência, o que está previsto como desconsideração aos preceitos da Convenção da Guatemala, pois de acordo com o

princípio da não discriminação, trazido por esta Convenção, admitem-se as diferenciações com base na deficiência apenas com o propósito de permitir o acesso ao direito e não para se negar o exercício dele!

Os preceitos desta Convenção que prevê a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, precisam ser cumpridos e é uma grande contribuição para todos os que pugnam por uma escola inclusiva e, especialmente, para os que defendem o ingresso de alunos com deficiência nas escolas comuns.

O encaminhamento direto de alunos com deficiência de escolas comuns para escolas especiais, ou a matrícula exclusiva desses alunos em escolas especiais, tem sido entendido por alguns como uma diferenciação para incluir. Mas é possível incluir na exclusão dos ambientes escolares especiais? Vale ainda, para melhor entender essa intrincada situação, o que a referida Convenção define que deficiência, significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social (Brasil, 2001).

“E define ainda que discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência” significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (Brasil, 2001 ,p. 73).

No caso de um ambiente escolar segregado, a discriminação é patente e, em consequência, deveria já ter sido banida. Não se trata de uma caça às bruxas e de se exigir um comportamento politicamente correto extremista, quando se defende a escola comum como o lugar de todos os alunos. A intensão é a de se assegurar a todo cidadão brasileiro o direito a não discriminação, em toda e qualquer circunstância.

Os pais de crianças com deficiência e dos educadores brasileiros deveriam ser os primeiros a levantar a bandeira contra a discriminação e, no entanto, o que muitos ainda

insistem em fazer é batalhar para que a exclusão se mantenha e as escolas especiais sejam consideradas escolas de ensino fundamental.

E ainda cabe perguntar: de que inclusão educacional se fala, quando se retira uma pessoa de seu lar ou de uma escola comum para inseri-la em um ambiente educacional à parte?

Com tudo isso, há ainda os que insistem em defender essa versão equivocada de inclusão como legítima e verdadeira. O desafio maior que se tem hoje é convencer nossos pais, especialmente os que têm filhos excluídos das escolas comuns, de que é preciso fazer cumprir o que o ordenamento jurídico prescreve quando se trata do direito à educação. Os professores deveriam ser os guardiões desse direito e apoiar os pais em suas dificuldades de compreendê-lo e de exigi-lo a todo o custo.

O convívio com as pessoas com deficiência nas escolas e fora delas é recente e gera ainda certos receios. O preconceito justifica as práticas de distanciamento dessas pessoas, devido às suas características pessoais (como também ocorre com outras minorias), que passam a ser o alvo de descrédito; essas pessoas têm reduzidas as oportunidades de se fazerem conhecer e as possibilidades de conviverem com seus colegas de turma, sem deficiência.

Os autores Ropoli et al., (2010, p. 8) fazem a seguinte reflexão:

Uma escola inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Na escola inclusiva ninguém se conforma com padrões que identificam os alunos como especiais e normal, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças.

A escola que valoriza a diversidade trabalha numa perspectiva inclusiva, sua pedagogia é questionadora e inovadora, reconhece as diferenças de seus alunos e diante disto, busca formas de melhorias nos atendimentos destes.

O ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA NAS PRÁTICAS INCLUSIVAS DA

O avanço no sentido das escolas inclusivas não é fruto apenas do esforço individual dos professores ou das atitudes positivas do conjunto da comunidade educacional de uma escola. O envolvimento da família é fundamental, uma vez que ela é quem inicia a disseminação dos valores educacionais do ser humano. A escola direciona formas de adquirir conhecimentos, mas a família deve acompanhar todo o processo. Ocorre envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola quando: Existe, entre a escola e a família, um sistema de comunicação (telefonemas, agenda, cadernos) com as quais ambas as partes concordam.

Os pais participam nas reuniões da equipe escolar para planejar, adaptar o currículo e compartilhar sucessos. As famílias são reconhecidas pela escola como parceiros plenos junto à equipe escolar. As prioridades da família são utilizadas como uma base para o preenchimento do Plano Individualizado de Educação do aluno, base essa que será completada com partes do conteúdo escolar. Os pais recebem todas as informações necessárias (direitos dos pais, práticas educativas, planejamento centrado-no-aluno, notícias da escola etc.).

Os pais recebem ou têm acesso a treinamento relevante. Os pais são incluídos no treinamento com a equipe escolar. Os pais recebem informações sobre os serviços de apoio à família. Existem, à disposição dos membros da família, serviços de apoio na própria escola (aconselhamento e grupos de apoio, informações sobre deficiências etc.). Os pais são estimulados a participarem em todos os aspectos da escola (voluntários para sala de aula, membros do conselho escolar, da associação de Pais e Mestres, treinamentos, etc.).

Existem recursos para as necessidades especiais da família (reunião após o horário comercial interprete de linguagem de sinais, materiais traduzidos etc.). A escola respeita a cultura, religião e moral da família e reconhece que relevância desses aspectos sobre as práticas educativas.

É preciso rever os conceitos que colocam a escola em posição de cobrança e a família em posição de culpada, ou cobrada, uma vez que a família precisa ser vista como

um elemento estratégico no processo de escolarização daqueles alunos que estivessem apresentados resultados diferentes do esperado e não apenas como motivo da falta de aprendizado.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 13) no artigo 57, expressa em suas recomendações que:

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais.

E ainda no artigo 58, referente a Declaração de Salamanca (1994, p. 14), Os “Pais constituem parceiros privilegiados no que concerne às necessidades especiais de suas crianças, e desta maneira eles deveriam, o máximo possível, ter a chance de poder escolher o tipo de provisão educacional que eles desejam para suas crianças”

E continua no artigo 59, da Declaração de Salamanca (1994, p. 14) onde afirma que

Uma parceria cooperativa e de apoio entre administradores escolares, professores e pais deveria ser desenvolvida e pais deveriam ser considerados enquanto parceiros ativos nos processos de tomada de decisão. Pais deveriam ser encorajados a participar em atividades educacionais em casa e na escola [...] bem como na supervisão e apoio à aprendizagem de suas crianças.

Aos professores cabe construir meios próprios que favoreçam a observação, interpretação e intervenção de seus alunos, para assim aprimorar suas metodologias junto a eles. A família cabe o acompanhamento e incentivo a realização das atividades propostas pelo professor.

Numa reflexão a cerca das pesquisas de Jaín e Zimmerman (2004), no que tange as diferentes famílias que contam com crianças com dificuldades de aprendizagem, Bello (2010) apresenta algumas características dessas famílias que ajudaram na diminuição dos problemas emocionais dentre elas é mencionada:

Em primeiro lugar a presença de um grupo familiar estável e consistente, com limites claros. É importante esclarecer que não se trata necessariamente de que os pais

vivam juntos. Há casos de divórcios nos quais os pais conseguem preservar uma boa relação entre eles, o que por seu lado possibilita um acordo sobre as regras, limites, deveres, etc., de cada casa.

Em segundo lugar, e não menos importante, são famílias que aceitam as dificuldades que a criança apresenta. Não se preocupam em negá-las, nem minimizá-las, nem tampouco maximizá-las. Trata-se de saber, conhecer e aceitar suas dificuldades tentando sempre não fazer exigências acima das suas possibilidades nas áreas que apresenta dificuldade.

E ainda as famílias devem ser um verdadeiro apoio emocional para a pessoa com dificuldades. Estas crianças enfrentam frustrações frequentes, sobretudo na escola: a família deve ser um apoio constante que a ajude a manejar e superar suas crises.

“Todo ser humano é um educador em potencial, pois já nasce um aprendiz. Se ninguém lhe ensinar nada, aprende com as próprias experiências” (Tiba, 2012, p. 14). Com esta afirmativa, Tiba (2012), nos mostra que aprender é próprio do ser humano, mas cabe a família e a escola dá um direcionamento positivo a esse aprendizado, uma vez que, se a educação não for direcionada corre o risco de que a criança acomode aprendizagens e valores que vá em desencontro com a formação digna e cidadã que se almeja a todas as crianças e jovens.

A ESCOLA, O PROFESSOR E A VALORIZAÇÃO DA INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

A educação é um caminho que todos devemos trilhar, no sentido de buscar melhoria na qualidade de vida, nas relações e compreensão do mundo que nos cerca e o qual fazemos parte. A escola é o ambiente que tem por finalidade proporcionar e estimular a aprendizagem em diversos seguimentos, e através de métodos que valorizem a participação dos alunos, levando-os a acreditar em suas potencialidades, compartilhando e dividindo as experiências e oportunidades lhes forem oferecidas.

No processo educacional não cabe discriminação, não cabe descrédito de potencialidade. A quebra de preconceitos, o acolhimento e respeito às diferentes formas de aprender fazem com que o ensino- aprendizagem ganhe uma dimensão significativa tanto para o aluno com para os demais profissionais e familiares que se encontram envolvidos no processo. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção” (Freire, 1996, p. 25).

Um aluno que na escolar é acolhido e valorizado, compreendido em suas limitações e estimulado em suas capacidades, será com maior probabilidade uma adulta que conseguirá participar ativamente da sociedade, constituirá uma ruptura nos paradigmas que vêem as pessoas com Necessidade Especial, com alguém sem valor social, inapto ao mercado de trabalho, incapaz de construir sua própria família. Ao ser retirado do isolamento que os preconceitos os colocam, um novo olhar sobre a diversidade humana surgirá, mudanças no comportamento irão acontecer e maiores oportunidades irão surgir na vida dessas pessoas.

Em busca dessas atitudes a escola, tem como ponta pé inicial o dever de matricular todos os alunos com Necessidades Especiais que forem em busca do ensino ofertado, e ir além do cumprimento das leis constitucionais, tendo a sensibilidade e o conhecimento necessário para atendê-los com eficiência, e não apenas lhes garantir um espaço físico numa sala de aula sem sentido para estes. Para isso a educação deve ser centrada no aluno, uma vez que o professor surge não mais como uma figura central, com os primórdios do sistema de ensino, mas sim como um facilitador, um mediador, entre o ensino e o aluno, com a missão de levar tal ensino ao encontro daquilo que é de interesse do aluno, ou ainda de estimulá-lo a encontrar um interesse que não tem sobre algo que lhe é concebido como básico ou indispensável na sua formação escolar do mesmo.

No permanente movimento em que se encontra a sociedade, não cabe mais uma escola que não se adapta as novas metodologias não cabe mais um professor cuja formação inicial e continuada não privilegie as diferentes formas de aprender. O professor situado como um mediador da sistemática de ensino busca estratégias que levem o aluno a um processo de descoberta e não apenas de recebimento de informações. Nesta

perspectiva o professor torna-se tão aprendente quanto seus alunos, pois passará a ser um exímio pesquisador, na busca de solucionar ou minimizar potenciais problemas de aprendizagem.

A inclusão escolar significa preservar os direitos dos alunos de frequentar as escolas comuns e sua necessidade específica, para que cada aluno alcance seu pleno desenvolvimento e a atuação complementar das salas multifuncionais (AEE) implica um trabalho distinto e diferenciado daquele desenvolvido pela escola comum. Todo o trabalho é pautado na necessidade e particularidade do aluno.

O professor do ensino regular, muitas vezes, é quem primeiro percebe as dificuldades do aluno e quem acaba, mesmo sem querer, identificando pistas de possíveis necessidades especiais entre alunos considerados normais.

Observando e intervindo pedagogicamente da melhor maneira, agindo preventivamente para estimular e reduzir possíveis danos ao indivíduo, o professor, após a adequada capacitação pode auxiliar na identificação de deficiências, síndrome ou transtorno para encaminhamento médico profissional adequado e posterior adaptação curricular às necessidades deste aluno quando devidamente diagnosticado.

Para auxiliar a escola em processos de inclusão o professor precisa:

- Identificar sinais, indícios e pistas de necessidades especiais;
- Conhecer a situação familiar e necessidades desse aluno;
- Encaminhar portadores de necessidades especiais à profissionais competentes;
- Estimular a família a buscar tratamento adequado;
- Estudar criteriosamente a situação do aluno para planejar suas atividades escolares;
- Incentivar a criação de uma equipe de atendimento multi-disciplinar para alunos com necessidades especiais, dentro da escola ou em núcleos especializados de atendimento.

PROFISSIONAIS DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

▪ Médico neurologista – Que realiza exames neurológicos para certificar-se de que o sistema neurológico, o cérebro, encontra-se em perfeito estado de funcionamento, não possui lesões. Alguns distúrbios, como o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e a Dislexia só são diagnosticados com exames neurológicos;

▪ Médico Psiquiatra – Caso necessário, receita os remédios e orienta o caso;

▪ Psicólogo – Diagnostica o funcionamento da inteligência e personalidade do indivíduo, acompanhando-o em sua relação com os outros e consigo mesmo;

▪ Psicopedagogo – Diagnostica e acompanha a interação com o conhecimento escolar e de mundo;

▪ Fonoaudiólogo – Avalia e trata dos distúrbios da fala;

▪ Terapeuta ocupacional – Avalia e trata distúrbios motores e mentais;

▪ Fisioterapeuta – Avalia e trata distúrbios neuro-motores;

▪ Assistente social – Fortalece o contato entre família e escola e encaminha portadores a atendimento especializado ou legal.

Contando com o apoio desta equipe, o professor poderá decidir qual a melhor forma de conduzir o processo inclusivo e educativo de seu aluno.

A inclusão impõe um diálogo entre os mais diversos profissionais e organizações e torna-se um aprendizado para que as portas sejam mantidas abertas para um constante ir e vir de todos os atores envolvidos: alunos, professores, especialistas e profissionais da área de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola atua em um processo contínuo. É preciso privilegiar sua abordagem como processo, não um produto acabado. Nesse contexto concreto é que a questão da inclusão escolar e social deve ser pensada de forma provocativa. Devendo “prevalecer [...] o direito a ser iguais quando a diferença inferioriza o direito a ser diferentes ainda que a igualdade descaracterize o indivíduo” (Santos, Nunes, 2012, p. 38).

Identidades e alteridades são construções históricas e, enquanto oportunizadas no contexto da escola, precisam ser esmiuçadas. Até que ponto as diferenças são vistas como fator positivo no cotidiano da sala de aula? A resposta pode ter múltiplos aspectos.

Vale aqui dizer que esta discussão está plantada no terreno da escola regular, dita Escola de Todos, que nela existe uma tarefa de Atendimento Educacional Especial prevista por lei e em caráter complementar à escola regular e não como algo substitutivo.

Nesse sentido, é pertinente verificar em que medida a escola contempla:

- Elaboração e fortalecimento dos projetos político-pedagógicos, incentivando a ação colegiada e o diferencial da respectiva comunidade.
- Sala de aula como eixo de ensino e aprendizagem para todos, criando oportunidades constantes de estudo e pesquisa.
- Trabalho com as diferenças em sala de aula, no contexto da diversidade cultural: ações que desenvolvam o trabalho com as diferenças e os variados ritmos de aprendizagem, com alunos deficientes ou não.
- Articulação teoria e prática: organização de grupos de estudos contínuos para planejamento, troca de experiências e monitoramento do processo.
- Trabalho transdisciplinar, como forma de leitura e compreensão da realidade, com a contribuição das diferentes áreas e a escolha de temas culturais desdobrados em roteiros semanais e diários de trabalho do professor com os alunos.
- Transformação das dinâmicas e das metodologias utilizadas em sala de aula: organização dos tempos e espaços com características individuais, em dupla, em pequeno grupo e em grande grupo, viabilizando a ocorrência não apenas de ensino, mas de aprendizagens que ocorrem nas interações professor e alunos.
- Reorganização do tempo e espaço de forma flexível. O projeto escolar pressupõe flexibilidade de horários (aulas geminadas, aulas curtas etc.) e ocupação de outros espaços que permitam ritmos e atividades diversificados.
- Investimentos na infraestrutura material: transporte, merenda e equipamentos escolares e pedagógicos. Como suporte necessário a todas as atividades em andamento.

▪ Revisão do processo de avaliação e de seus resultados: adequação e coerência em relação ao regime de progressão continuada, organizada em ciclos, quanto aos ritmos de aprendizagem e ao desenvolvimento humano. Cada escola deve sistematizar instrumentos de avaliação compatíveis com a flexibilidade e diversidade.

▪ Formação em serviço: a aprendizagem permanente não para e o desafio de uma educação de qualidade está sempre presente, para que os estudos contínuos aconteçam sempre.

Estes sinais, existentes ou não na realidade escolar, denotam prioridades em relação à inclusão e precisam ser repensados dia a dia para que os discursos não sejam abstrações vazias na escola regular, dita de todos, mas que se reveste de padronizações engessantes, que cabem no modelo do regular, e que excluem de maneira velada as diferenças existentes.

O regular, ao invés de ser uma categoria historicamente construída, passa a ser um produto pronto, eterno, imutável e universal. Em sua inflexibilidade, torna-se inquestionável, e a escola o vai reproduzindo, de forma mecânica, como um padrão, um modelo a ser seguido e copiado.

O aprendizado é um processo que acontece por toda a vida, e enquanto há vida, há expectativa de aprendizagem. Os futuros das crianças estão nas mãos de pessoas que estão o seu lado, independente de suas dificuldades físicas, mentais, intelectuais etc. Aprender é um processo complexo e multifacetado que apresenta bloqueios e inibições em todos os seres humanos, e que com o auxílio de familiares, amigos, professores e interações sociais torna-se mais fácil superar as dificuldades existentes e as que porventura venham a surgir.

REFERÊNCIAS

BELO, Janaína da Silva. **A memória do aprendente**: Psicopedagogia. Rio de Janeiro, Cândido Mendes. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias-publicadas/200462.pdf>> Acesso em: 26. abr. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”.Porto Alegre: Mediação, 2004.

DECHICHI,C.;SILVA,L.C.;FERREIRA,J.M.C.Curso Básico:educação especial e atendimento Educacional Especializado.Uberlândia:EDUFU,2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre princípios políticos e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais.Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>.Acesso:26. abr.2016.

FREIRE,Paulo.Pedagogia da autonomia:saberes necessários à prática educativa.São Paulo:Paz e Terra,1996.

MONTOAN, M.T.E.; PRIETO, R.G.;ARANTES,V.A.**Inclusão escolar**:pontos e contrapontos.São Paulo: Summus,2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. **Inclusão escolar**: o que é ? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2005.

ROPOLI,Edilene Aparecida et al.**A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva.Fortaleza:UFC,2010.

SANTOS,Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. **Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade**. Disponível em:<<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodMultiPort.pdf> >.Acesso em 10 de abr.2016.

SEABRA,Magno Alexon Bezerra. **Diálogos com professoras sobre o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

TIBA, Içami. **Pais e Educadores de alto performance**. São Paulo: Integrare Editora, 2012.

Submissão: maio de 2024. Aceite: junho de 2024. Publicação: outubro de 2024.